

Dívida pública em títulos tem queda real de 18% em doze meses

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

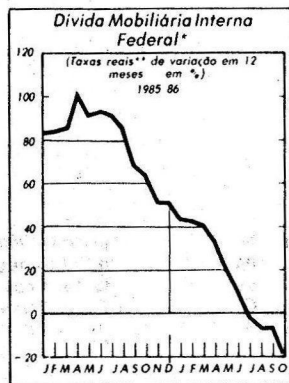
A dívida mobiliária interna federal — representada pelas obrigações com títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central (BC) — obteve em outubro um resultado recorde para os últimos anos: o saldo dos papéis em poder do público sofreu queda real de 18% na variação medida em doze meses. Esse é o desempenho mais auspicioso colhido pela atual administração do BC desde que tomou posse em setembro do ano passado e está refletindo, na verdade, o comportamento contracionista por demanda de moeda de uma série de indicadores da política monetária que tornou possível à autoridade monetária realizar um resgate líquido de CZ\$ 27,797 bilhões de títulos federais em outubro.

Conforme os dados divulgados na sexta-feira pelo BC, o saldo da dívida mobiliária fora da carteira da autoridade monetária acumulou o valor de CZ\$ 338,072 bilhões. Isso equiva-

le à redução real de 7,4% sobre a posição de final de setembro e à queda, também real, de 16,8% na variação do ano. Em valores correntes, a dívida interna cresceu 56,3% em doze meses.

Um interessante fato foi observado na composição da dívida pública interna no mês passado. O estoque de Letras do Tesouro Nacional (LTN) foi ampliado de CZ\$ 126 bilhões para CZ\$ 188 bilhões. Em contrapartida, houve redução no saldo da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) — este passou de CZ\$ 538,943 bilhões para CZ\$ 512,259 bilhões — e, principalmente, queda do saldo das Letras do Banco Central (LBC), que declinou de CZ\$ 193,154 bilhões para CZ\$ 162,009 bilhões entre setembro e outubro.

Esse valor referente ao saldo da LBC não está embutindo os papéis que, embora emitidos pelo BC, não foram colocados no mercado, mas está, por outro lado, apropriando os juros praticados no "overnight".



Fonte: Banco Central e Centro de Informações do Garieta

Marcanti

* Em poder do público

** Até março de 1986 o deflator utilizado foi o correção monetária em março utilizado-se a variação pró rata a partir de abril de 86 o IPC.

No mês passado os bancos comerciais preferiram trabalhar com LTN para movimentar a troca de reservas, em detrimento das LBC, apesar de este título estar isento de tributação desde 1º de outubro. Para as instituições financeiras, o desconto de Imposto de Renda (IR) que recai sobre as LTN é realizado hoje, mas só será recolhido na declaração de rendimentos do ano que vem. O aplicador em operações compro-

missadas em LTN é quem paga, na fonte, o imposto de 60% que incide sobre os rendimentos da operação. Mas isso não funcionou, no mês passado, como fator de desestímulo às aplicações lastreadas em LTN, já que as taxas de juro praticadas nas operações compromissadas naqueles papéis subiram a ponto de mais do que compensar a alíquota do imposto. Contra a média da taxa efetiva de juros da LBC, que em outubro ficou em 32,35% ao ano, as LTN foram movimentadas à taxa bruta de 56,9%, o que dá uma taxa efetiva de 34,14% ao ano.

De qualquer modo, as operações com títulos públicos federais no mês passado foram favorecidas pelos principais indicadores da política monetária que acabaram por exercer pouca pressão sobre a emissão de moeda. Por tipo de papel, o BC realizou em outubro resgate de CZ\$ 34,9 bilhões de LBC e, ainda, de CZ\$ 4 bilhões de OTN, enquanto desenvolveu uma captação de CZ\$ 11 bilhões via colocação de LTN.